

DIMENSÃO TEOLÓGICA DO MISSAL¹

A definição segundo a qual o missal é o livro da oração é tanto mais verdadeira quanto mais for reafirmada a primazia da Palavra de Deus, contida nas Sagradas Escrituras, conforme a expressão da Dei Verbum 24: "As Sagradas Escrituras contêm (*continent*) a Palavra de Deus e, porque inspiradas, são verdadeiramente Palavra de Deus"². A primazia da Palavra de Deus contida nas Escrituras é um pressuposto tanto teológico quanto litúrgico; aliás, poderíamos dizer que ele é propriamente teológico porque é, em primeiro lugar, litúrgico.

Portanto, as Escrituras e, de modo eminente, o livro dos evangelhos, não são somente um verdadeiro e próprio livro litúrgico, mas são o livro por excelência da liturgia, e isso por causa da relação essencial que liga as origens das Escrituras cristãs à liturgia. A assembleia litúrgica, como lugar originário da profissão da fé pascal, foi o crisol e o ambiente de gestação primário das Escrituras cristãs. O que é de fato o Novo Testamento senão o testemunho originário e, por isso, "canônico" da fé pascal da Igreja? Foi na assiduidade à ceia do Senhor e à fração do pão que a Igreja primitiva, progressivamente, deu forma ao testemunho de sua fé. É esta assiduidade que o evangelista Lucas testemunha no episódio dos discípulos de Emaús: "tomou o pão, pronunciou a bênção, partiu-o e deu a eles. Nesse momento, seus olhos se abriram" (LC 24,30-31). "A assembleia eclesial — escreveu Pierre Grelot — permanece o lugar onde os livros são guardados, lidos e explicados, assim como ela foi o lugar onde eles foram escritos". É conhecido como, ainda durante os séculos II e III, o critério inspirador fundamental na formação do cânone das Escrituras, tenha sido a leitura litúrgica das igrejas.

A liturgia foi o útero materno das Escrituras cristãs e permanece ainda hoje o seu ambiente vital. Quando os textos das Sagradas Escrituras são proclamados dentro de uma assembleia litúrgica, eles recebem vida e se tornam plenamente a Palavra de Deus dirigida "em ato" a seu povo. Na liturgia da Palavra, Deus fala e assim forma' plasma, cria a comunidade e isto é um acontecimento. Reconhecer, portanto, o primado do livro das Escrituras na liturgia significa, antes de tudo, obedecer à própria liturgia, que reconhece nos textos das Escrituras uma qualidade superior, normativa em relação a qualquer outro texto, e isto em ordem à fé da Igreja.

A liturgia estabelece, portanto, um ordo dos livros litúrgicos, um ordo no qual o missal não é nem o primeiro nem o único livro litúrgico. Todavia o missal é, certamente, o livro que mais do que todos os outros interage com as Escrituras: é a própria ação litúrgica que instaura uma relação essencial entre missal e Escrituras. Os textos do missal não são outra coisa que a resposta da assembleia litúrgica à escuta das Escrituras: a ponto que, se desde o início, não tivesse havido por parte da Igreja a escuta da Palavra de Deus contida nas Escrituras, hoje nós não teríamos entre as mãos o missal. Sem a escuta da Palavra de Deus na Igreja, não há texto litúrgico, não há missal. Os textos litúrgicos do missal são o fruto mais maduro da escuta eclesial das Escrituras, são a essência mais pura da ruminação da Palavra de Deus pela Igreja. Por isso, pode-se afirmar que o missal é o livro da *lectio* divina que a Igreja organizou durante a sua história: *lectio*, *meditatio*, *oratio* não são apenas as etapas da leitura pessoal das Escrituras que o cristão realiza em individualmente, mas são as passagens de toda celebração litúrgica. O missal é a cristalização da *lectio* da Igreja que leu com assiduidade as Escrituras, as meditou e, meditando-as, as transforma em oração.

¹ Texto extraído da seguinte fonte: G. BOSELLI, *O sentido espiritual da Liturgia*, Edições CNBB, Brasília 2014, 131-142.

² CV II, Dei Verbum 24.

Afirmar, portanto, a primazia da Palavra de Deus contida nas Escrituras e a relação fundamental entre o missal e as Escrituras significa constatar a qualidade litúrgica do missal, ou seja, como o missal reenvia a algo para além de si, conduz às Escrituras para conduzir, por sua vez, à total dinâmica da ação litúrgica. Existe, portanto, uma verdadeira e autêntica "conjugalidade" entre Escrituras e missal, uma "conjugalidade" que recorda constantemente como a liturgia é o crisol e o seio da Bíblia e, ao mesmo tempo, uma "conjugalidade" que diz como o missal não é nada mais do que o fruto maduro da escuta eclesial das Escrituras.

O missal é o vínculo entre "lex orandi" e "lex credendi"

Desde o início, a Igreja sempre sentiu que o conteúdo de sua oração estava em estreita relação com sua fé, que aquilo que rezava expressava aquilo que acreditava. Neste sentido, se pode afirmar que o missal é o livro que testemunha o vínculo entre *lex orandi* e *lex credendi*. E isso, enquanto é lugar normativo e canônico daquela oração da Igreja que atesta a fé da Igreja. Se a Igreja estabeleceu um cânon das Escrituras, não menos fixou o cânon da oração, através da progressiva criação e seleção dos textos litúrgicos. A Igreja sentiu que nem todas as orações podiam ser oração litúrgica; por isso, aquilo que a Igreja não inseriu primeiro nos eucolégios, depois nos sacramentários e finalmente nos missais, não possui o estatuto de oração litúrgica. Entregando o missal à Igreja, é como se a ela dissesse a si mesma: aqui e não em outro lugar está contida a tua oração. Ao mesmo tempo, é como se dissesse a cada cristão: aqui e não em outro lugar podes achar o cânon de tua oração.

O missal, compreendido como *ordo orationis*, isto é, como norma das palavras da oração da Igreja (textos) e norma dos gestos da oração da Igreja (rito) é, portanto, um lugar testemunhal eminente da relação entre *lex orandi* e *lex credendi*. Compreender corretamente o axioma atribuído a Próspero de Aquitânia significa reconhecer que a *lex orandi* — interpretada em sua vastidão e complexidade e segundo a inteligência que lhe é própria — consente entrar, de modo imediato e global, na regra da fé. Paul de Clerck observou que "a *lex orandi*, compreendida como o uso universal da Igreja baseado sobre um fundamento escriturístico, indica a via da *lex credendi*, da justa maneira de crer"³.

E preciso que se tome consciência de como o Amém, através do qual a assembleia faz próprio e ratifica o conteúdo do texto litúrgico, seja a expressão mais alta da consciência de que em toda oração litúrgica está expressa a fé da Igreja. Por isso, não existe oração litúrgica sem o Amém da assembleia, isto é, sem aquele selo através do qual a assembleia diz: "Sim, esta é a nossa oração, esta é a oração da Igreja". O Amém litúrgico é, por assim dizer, um corolário da profissão do artigo de fé "creio na Igreja".

O missal, como livro do testemunho do vínculo entre *lex orandi* e *lex credendi*, indica, portanto, a pleno título, a justa maneira de crer. Contudo, estamos hoje convencidos, tanto na reflexão teológica sobre a fé da Igreja, quanto na animação da vida do corpo eclesial, que a liturgia pode eficazmente indicar a justa maneira de crer? Estamos convencidos que também as palavras e os gestos da oração, contidos no missal, podem ser o lugar oficial para saber e aprender a fé da Igreja? Estamos convencidos que ensinando a rezar se ensina a crer, e que aprendendo a rezar se aprende a crer? Temos nós hoje consciência do papel que a liturgia desenvolve no conhecimento da fé por parte dos cristãos? Possuímos aquele nível de consciência mostrada pelos Padres do

³ De Clerck, P. "Lex orandi, lex credendi. Un principe heuristique", em La Maison-Dieu 222 (2000), p.71.

movimento litúrgico, como Próspero Guéranger que, nas *Institutions liturgiques*, escreveu: "A autoridade da liturgia é superior àquela dos Padres e dos teólogos"?⁴ Parafrapear Guéranger significa afirmar que, acerca da fé, o cristão aprende mais da liturgia do que dos Padres da Igreja e dos teólogos.

O missal matriz da oração

Aprofundemos ainda um aspecto até aqui várias vezes mencionado: se as Escrituras e a tradição são a regula *fidei*, o missal é, certamente, a regula *orationis*, isto é, o modelo, o critério, a norma da oração cristã. É como se, através do missal, a Igreja dissesse a cada cristão: "Toma, lê: este é o cânone da tua oração".

O missal é matriz da oração cristã, no sentido de "mãe" assim como é chamado aquele instrumento particular que, na composição tipográfica, traz a impressão escavada da figura que se pretende reproduzir em relevo. O missal é matriz neste sentido, ou seja, é o instrumento que guarda a impressão originária da oração cristã, de modo que a oração de cada cristão possa ser a reprodução fiel e a imagem da figura originária. O missal ensina a gramática da oração: o que é a oração do cristão, a quem dirigir a oração, como ela se formula, o que pedir.

Entre os diversos textos litúrgicos contidos no missal, a oração eucarística não só é o texto eucológico de maior importância, mas é também a síntese mais alta e expressiva da oração cristã. Pelo seu conteúdo, sua estrutura e sua dinâmica, a anáfora representa o microcosmo da oração cristã, a ponto de o fiel, ao qual é concedido de penetrá-la com inteligência espiritual, estar, certamente, iniciado para chegar ao coração da oração cristã.

Antes de tudo, a anáfora ensina ao cristão o movimento da oração e a quem dirigí-la. A oração eucarística é sempre dirigida ao Pai, através do Filho, no Espírito Santo: este é o movimento da oração eucarística, porque é o movimento mesmo da revelação do mistério de Deus. A revelação é revelação do Pai, através do Filho, na força do Espírito Santo: o movimento de revelação plasma o movimento do ato de fé do homem, do qual a oração é parte fundamental. Com raríssimas exceções, a antiga tradição anafórica atesta que a oração é dirigida sempre a Deus Pai, colocando-se em perfeita continuidade com a oração judaica e, ao mesmo tempo, obedecendo *sine glossa* ao mandamento dado por Jesus a seus discípulos: "Quando orardes, dizei: Pai" (Lc 11,2; cf. Mt 6,9). A anáfora é dirigida ao Pai, porque é a oração da Igreja que é o corpo de Cristo: é a oração no Filho. Dirigir ao Pai a própria oração é, para o cristão, o modo de estar consciente de que sua oração, também a mais solitária, não é jamais a oração de um somente, de um indivíduo, mas é a oração daquela comunidade de filhos e irmãos da qual ele é parte. A oração dirigida ao Pai é a impossibilidade radical da oração cristã de ser privada, porque, quando um cristão reza, é toda a Igreja que reza nele.

Portanto, a anáfora ensina ao cristão o que é sua oração: é ação de graças no duplice movimento de anamnese e intercessão. Na anamnese se faz antes de tudo memória das *mirabilia Dei*, das obras de salvação realizadas por Deus na história humana. Isto diz que a oração do cristão deve ser, antes de tudo, memória da ação de Deus, porque foi a partir disto, do que Deus fez para o homem, que o homem pode saber quem é Deus. A partir da anamnese, insere-se o movimento da intercessão, no qual se pede a Deus para continuar hoje e no futuro aquilo que realizou no passado.

⁴ GUÉRANGER, P. *Institutions liturgiques* IV, p. 370.

A seguir, a anáfora ensina ao cristão o que pedir. Seja-nos aqui suficiente recordar os três dons que nas orações eucarísticas se pedem constantemente para a Igreja: a unidade, a paz e a perfeição no amor. São os elementos da exortação que Paulo dirige aos cristãos de Éfeso, que ele exorta a viver suportando os acontecimentos com amor, buscando conservar a unidade do espírito, por meio do vínculo da paz (cf. Ef 4,2). A intercessão da anáfora confirma como o sentir da liturgia crie uma unidade que seja plasmado pelo sentir apostólico testemunhado pelas Escrituras. Um sentir apostólico que encontramos ainda atestado em Ignácio de Antioquia, o "Teóforo", quando convida os cristãos de Filadélfia a buscar a unidade na Eucaristia: "Procurai, portanto, de ter uma só Eucaristia. Uma é, de fato, a carne de nosso Senhor Jesus Cristo e um é o cálice em vista da união no seu sangue, um é o altar, assim como um é o bispo, junto com o presbitério e os diáconos"⁵. A Igreja é verdadeiramente o corpo de Cristo quando é una, ou quando vive a comunhão plena, fruto da caridade e da paz. Por isso a oração litúrgica se limita a invocar a unidade, a paz e a caridade, mostrando sábio conhecimento do que é a Igreja e do que a faz ser assim. A oração litúrgica ensina ao cristão que não é qualquer coisa que pode ser objeto de súplica, mas só o que é essencial e vital.

Gostaria agora de colocar em relevo, com brevidade, um fundamento da anáfora frequentemente ausente e ignorado na oração do cristão enquanto indivíduo. A anáfora ensina como a oração cristã deve ser uma oração cósmica, em comunhão com tudo que foi criado. "Nós, e por nossa voz tudo o que criastes, celebramos o vosso nome, cantando a uma só voz", assim se conclui o prefácio da quarta oração eucarística!) quase como imitação da conclusão de todo o saltério que, no último versículo do Salmo 150, canta: "tudo que respira louve o Senhor!" (v. 5), ou seja, tudo aquilo que tem um sopro de vida, tudo aquilo que vive dê louvor ao Senhor. "Transformados em voz de toda criatura", ou seja, na voz do homem que canta a glória de Deus três vezes santo está a voz de todo ser criado, sábio e ignorante, animado e inanimado. Dentre os seres criados por Deus, só o homem pode tomar em suas mãos toda a criação, para oferecê-la em ação de graças a Deus, tornando-se assim o sacerdote da criação. Naquele "transformados em voz de toda criatura" a anáfora atesta, portanto, como o cristão, quando reza, deve estender sua oração a toda a criação, pois não pode não haver consciência que nele reza a criação inteira que geme e sofre, exprimindo sua impaciente espera da revelação dos filhos de Deus (cf. Rm 8,19).

Um último elemento que se me impõe a fazer emergir, nesta breve análise da oração litúrgica como matriz da oração cristã, é um elemento específico e talvez exclusivo dos textos do Missal Romano. Mais do que qualquer outra eucologia, a do Missal Romano educa o cristão à simplicidade e à essencialidade na oração. É conhecido como, em relação aos textos de outras tradições litúrgicas cristãs, seja do oriente, seja do ocidente, os textos da liturgia romana se caracterizam pela sua *concinnitas*, ou seja, pela sóbria elegância, por sua brevidade e incisividade, característica considerada como um dos mais importantes elementos que contribuem para a formação do "gênio" da liturgia romana. Fica-se surpreso quando, por exemplo, se confronta a amplitude e a prolixidade de uma *illatio* moçárabe com o estilo conciso do prefácio latino. A essencialidade dos textos litúrgicos romanos parece ser o reflexo das arquiteturas litúrgicas no interior das quais nasceram: o românico e o gótico, estilos arquitetônicos severos em suas linhas e essenciais nas formas.

A pedagogia da oração litúrgica latina faz o cristão cumprir um lento e difícil itinerário de "essencialização" de sua oração, de despojamento do supérfluo, de purificação do conteúdo e da forma. Romano Guardini escreveu: "A oração litúrgica

⁵ INÁCIO DE ANTIOQUIA, Carta aos Filadelfios, 4 em Carta de Santo Inácio de Antioquia, Vozes, Petrópolis 1970, p. 72.

deve ser uma longa e severa disciplina". Creio que o conceito de disciplina convenha muito bem às características da pedagogia da liturgia romana. Ela ensina uma verdadeira e autêntica disciplina espiritual que mostra estar em profunda sintonia com o antigo ensinamento sobre a oração dos Padres, os quais insistiram fortemente, sobre a natureza e a qualidade da oração cristã, bem como sobre a grande vigilância afim de não se perder na prolixidade de palavras e de fórmulas. No vigésimo oitavo degrau da Escada, João Clímaco admoesta: "o uso de muitas palavras na oração frequentemente dispersa a mente e a preenche de imagens, enquanto a repetição de uma só fórmula frequente a recolhe". Uma só palavra, ou seja, a essencialidade, leva aquele que reza a não se dissipar, a não se fragmentar. Observando a oração dos Padres do monaquismo egípcio, João Cassiano anota: "Não se comprazem pelo grande número de versículos, mas por sua capacidade de penetrar o sentido com a mente". Enfim a frase de um Padre do deserto, Antíoco de São Sabas (o Monge), define com um paradoxo o que deve ser a oração do monge: "A oração do monge deve ser incessante e breve". Os textos litúrgicos do Missal Romano testemunham, portanto, a seu modo, como a simplicidade, a essencialidade, a brevidade sejam o ponto de chegada da oração do cristão. Uma oração que deve ser ao mesmo tempo incessante e breve: é incessante quando toda a existência do cristão se torna o sacrifício de louvor, é breve quando, depois de longa disciplina, é levada ao essencial, a nada mais e nada menos daquilo que basta.

Tarefa do missal hoje

Definir a tarefa do missal hoje significa, antes de tudo, compreender o papel que ele desenvolve no conhecimento dos textos litúrgicos. Significa, em outros termos, conciliar a primazia da interiorização, ou seja, da apropriação pessoal por parte do cristão, daquilo que se diz e se faz na ação litúrgica. Nestas últimas décadas, talvez se tenha insistido muito sobre a exteriorização na liturgia, uma exteriorização que privilegiava a necessidade de expressar os sentimentos, de manifestar as emoções, na busca de um clima, quanto muito, mais de encontro e de festa. Hoje se adverte, ou talvez se redescubra, que a liturgia, antes de ser a soma das emoções de um grupo humano, é antes de tudo "interiorização", ou seja, o acolhimento, de uma Palavra que convocou a assembleia, a alimentou, a fim de permitir-lhe viver daquilo que recebeu. A celebração litúrgica deverá sempre mais se tornar, para o cristão, o lugar e o tempo de interiorização, ou seja, da experiência da liturgia como escuta da Palavra, como oração, como verdadeiro encontro com Deus. Num lúcido olhar sobre o futuro da liturgia, o teólogo Louis-Marie Chauvet escreveu:

No futuro, a liturgia deverá provavelmente honrar, mais ainda que no passado, a demanda, expressa por uma tendência cultural muito generalizada no âmbito religioso, em favor de uma atmosfera mais orante. Provavelmente, acontecerá que devamos ser particularmente vigilantes para evitar que a atual demanda de "espiritualidade" que, ao olharmos bem, apresenta variadas formas não desemboque, pouco a pouco, em uma liturgia de tipo intimista. Em todo caso, num mundo onde -- para se dizer o mínimo -- não seja natural comportar-se conno cristãos, os fiéis parecem experimentar sempre mais a necessidade de encontrar, na liturgia, um lugar onde possam ser estabelecidos ou restabelecidos como "sujeitos" da fé cristã.

Para ser plenamente o livro da oração da Igreja, o missal deve voltar a ser o livro da oração de cada cristão e, de modo todo particular, o livro da oração do pastor que tem por ministério aquele de presidir a oração de sua comunidade cristã e de educá-la à

oração. Isto significa ter contato assíduo com os textos da oração litúrgica, lê-los, meditá-los, penetrá-los para interiorizá-los em profundidade. Aquele que desce à profundidade dos textos litúrgicos ali permanece, e se torna homem e cristão profundo. Romano Guardini, com razão, escreveu: "o homem 'exterior' pode facilmente sentir a oração litúrgica como não verdadeira, pois aquele que fala na liturgia, é o homem profundo, autêntico". É na liturgia que se plasma, se constitui e se torna sólido o núcleo profundo do cristão.

Afirmar a necessidade de conhecer os textos do missal não significa, de modo algum, reduzir a liturgia a um puro objeto de compreensão, não significa cumprir um exercício puramente noético e intelectual. Quando os textos da liturgia são assimilados e compreendidos em profundidade, tornam-se fonte de compreensão do mistério que celebram. A finalidade da compreensão do texto litúrgico é, de fato, unicamente o alcançar a relação com Deus. Assim como na alvorada do Movimento Litúrgico, o missal permanece ainda hoje um instrumento privilegiado e decisivo para enfrentar o atual hiato entre liturgia e vida eclesial.

O missal como livro de oração é hoje um instrumento essencial para restabelecer aquela autêntica relação hoje rompida, sobretudo nas últimas gerações, entre aquilo que se reza, aquilo que se conhece e aquilo que se vive. É necessária para a qualidade da fé uma autêntica relação entre aquilo que a liturgia transmite e aquilo que o cristão vive. Sem a liturgia, a vida cristã corre o risco de constantes desvios, em particular o desvio do individualismo da fé, isto é, de um crer que, na realidade, não é outro que a justaposição de credices pessoais. A liturgia, como celebração comunitária do ato de fé, impede ao cristão toda forma de subjetivismo e personalismo da fé. Sem a assiduidade à celebração comunitária do ato de fé, a fé se reduz à gnose que entrega o cristão irremediavelmente à ideologia espiritual.

Um pouco de história

Já na Idade Média, por obra sobretudo dos Frades Menores, e depois principalmente em consequência da "editio princeps" feita em 1474, o *Missale secundum consuetudinem romanae ecclesiae* tivera grande difusão, sem contudo conseguir se impor nem sobretudo eliminar os muitos abusos na celebração. Entre as metas do Concílio de Trento estava também — e não por último — a reforma dos livros litúrgicos. Mas por ser nomeada a comissão de estudo somente pelos fins do Concílio (1562), sem encontrar o acordo necessário sobre o problema se deveria a reforma respeitar ou não os usos particulares, foi tudo entregue ao papa.

S. Pio V tomou a peito a questão e em 1570, com a data de 14 de julho, publicou mediante a bula *Quo primum* o Missale romanum, que se tornava obrigatório para todos aqueles que não podiam gloriar-se de possuir tradição peculiar de tempo inferior a 200 anos. O novo missal teve a ventura de ver-se acolhido mesmo por igrejas que, quanto à tradição, nem mesmo estavam de acordo com a antiquíssima romana. Não obstante o valor de imutabilidade que Pio V com sua bula tinha em mente dar a seu missal, este não escapou de retoques nem, infelizmente, de acréscimos posteriores, mormente em matéria de festas.

O Missal de Pio V, se havia notavelmente contribuído para uma reforma das rubricas e eliminação de muitos abusos, não havia levado à reforma de mentalidade em questão de Liturgia. De fato, espelhava ainda e sempre a medieval, isto é, uma Liturgia estritamente clerical; não sem razão era praticamente simples reimpressão "revista e

corrigida" da Missa *secundum consuetudinem romanae curiae*, mesmo se a *editio princeps* de 1474 falasse de *consuetudine romanae ecclesiae*.

Neste missal de Pio V, tanto em sua introdução geral como nas rubricas internas, toda a preocupação se centra sobre a ação do sacerdote na celebração. Como conclui o grande historiador da Liturgia, o liturgista B. Neunheuser, ao falar sobre as rubricas deste missal: “tais rubricas, muito numerosas, precisas e minuciosas, apenas dizem respeito ao sacerdote celebrante. É ele, e somente ele, que deve ser ajudado por estas rubricas, a fim de poder celebrar dignamente, corretamente, segundo as leis, e de uma maneira uniforme observadas em toda parte e por todos”⁶. E arremata: “para os autores destas rubricas a Missa tornou-se uma ação totalmente sacerdotal, isto é, clerical, onde praticamente não se leva em conta os fiéis”⁷.

Uma reforma que, pelo menos em parte, desejava responder às exigências dos tempos modernos despertadas pelo movimento litúrgico, começou a ser feita em 1960 com a publicação de um "Código das tendentes sobretudo a simplificar os ritos da celebração eucarística. Que tal tipo de reforma, justo nas vésperas do Concílio Vaticano II, não fosse de bom augúrio para o futuro do missal, não era apenas a opinião de alguns, mas era confirmado pelo *Motu proprio Rubricarum instructum* que promulgava o citado código. Aí se dizia não ser preciso deixar para outro tempo a emenda rubrical, devendo o concílio ocupar-se com os grandes princípios da reforma litúrgica.

Apetar dos temores da vigília, exatamente "os grandes princípios" da Liturgia, adequadamente propostos e estudados, levaram-na para a direção pastoral. Desta maneira não se pôde impedir que a reforma do Vaticano II ultrapassasse o aspecto demasiado rubricista da tentativa nas vésperas e se orientasse para a realização de verdadeira participação ativa, em que também os fiéis se sentissem comprometidos na celebração, como seus verdadeiros e próprios atores. Por conseguinte, a reforma moveu-se nas bases de uma nova teologia da celebração que, sem prendê-la ao fato histórico passado, permitia conservar todos os elementos válidos da tradição, tornados ainda mais válidos pela possibilidade estudada e oferecida de uma adaptação à situação e à mentalidade do homem moderno.

Daí o *Missale romanum*, reformado pela norma do Vaticano II e promulgado por Paulo VI (1970), não se contentar com mudar as antigas rubricas ou de fazer novas. Quer, antes do mais, criar um novo rito para uma celebração mais diretamente comunitária, mais clara no gesto e na expressão. Dentre os elementos mais novos do missal saído da reforma do Vaticano II, há de se notar a introdução de três novas “preces eucarísticas” que vêm se por ao lado do antigo “Cânion Romano”, apenas ligeiramente retocado; a composição das chamadas missas rituais, isto é, aquelas destinadas a incluir dentro de si outros ritos sacramentais (confirmação, ordenação...) ou não sacramentais (consagração das virgens, profissão religiosa...); a introdução de longa e minuciosa *Institutio generalis* que oferece não tanto uma série de prescrições rubricista, porém melhor, uma síntese teológica da celebração, síntese que se mostra de altíssimo valor para a compreensão e a catequese da eucaristia⁸.

⁶ B. NEUNHEUSER, „La relation entre le prêtre et les fidèles dans la liturgie de Pie V et celle de Paul VI...”, *art. cit.*, p. 243.

⁷ *Ibid.*, p. 245.

⁸ A. NOCENT, *Livros litúrgicos na história da Liturgia*, in *Anamnesis* 2, 150-201,

Em síntese⁹ ...

Foi a Igreja que escreveu este missal ao longo da história. Desce o século XII se forma este livro, missal plenário, o qual continha alguns livros litúrgicos pré-existentes (ordines), incluindo orações e leituras num único volume, sendo divulgado pela ordem franciscana. Este missal recolhe uma parte de uma vasta produção de orações. Vejam só: Corpus Christianorum, serie latina possui 55 volumes de hinos e o conjunto de orações formam 14 volumes na Corpus Christianorum e 5 volumes de prefácios. O Missal da Cúria romana é o que fornece a base para o primeiro missal impresso em 1474. Não havia ainda uma instância de vigilância, por isso nas impressões deste missal encontram-se diversas variações. Em 1570, temos o Missal editado por São Pio V que reordena o material já pré-existente. O missal de 1570 permanece em uso na Igreja até sua última edição em 1962, feita por São João XXIII. Portanto, no missal atual temos a herança do missal de São Pio V, que por sua vez portou a herança do missal de 1474, o qual portou a herança do missal da Cúria Romana, do séc. XII, o qual trazia e herança de diversos sacramentários. No missal que nos é entregue hoje está a memória viva de como a Igreja no percurso dos séculos celebrou a eucaristia, dom mais precioso que temos. Tudo nasce do “fazei isto em memória de mim”. Sem a cruz, o pão repartido teria permanecido vazio, sem a fração do pão, a cruz teria permanecida incompreensível. Se há algo na Igreja que não nasce da eucaristia e ao mesmo tempo conduz para a Eucaristia não é atividade da Igreja. Trata-se de uma continuidade na Tradição.

Uma nova edição do missal Romano

A publicação da terceira edição do Missal Romano em língua portuguesa é uma rica oportunidade para redescobriremos a beleza e a fecundidade da Celebração Eucarística como dom infinito do Senhor. A nova edição não possui muitas diferenças em relação ao missal atual. É preciso superar uma certa superficialidade em buscar somente certas diferenças, fazendo de tais discussões um campo de batalha na liturgia.

A edição que nos será oferecida depois da Editio Typica I 1970, da Editio typica altera 1975, será a *Editio typica tertia 2002*. Portanto, não se trata de um novo missal, mas sim do Missal do Concílio Vaticano II.

Sobre a terceira edição típica ainda é importante dizer que aquilo que na Igreja aparece novo, é sempre radicado na Tradição, a qual se constitui pela Escritura, pelos Padres e pela Liturgia. A liturgia é obra teândrica, envolve Deus e o homem. Mistério celebrado na vida do homem. Temos o agir de Deus e a variabilidade do agir humano. A Liturgia está sempre nesta relação entre Deus e o homem, sendo que onde está o homem, existe uma variedade de ações. A terceira edição é o mesmo missal do Vaticano II, porém, uma edição enriquecida com alguns elementos. Enriquecimento precisos encontram-se na Instrução geral. Algumas novidades são a questão de uma maior extensão na possibilidade de oferecer a comunhão sob as duas espécies e o capítulo nono que aborda o tema da inculturação.

⁹ Síntese feita a partir de anotações pessoais.

